

1 ATA DA 31ª REUNIÃO DO COMDEMA- CONSELHO MUNICIPAL DE
2 DESENVOLVIMENTO DO MEIO AMBIENTE DE SOROCABA (COMDEMA)

3 Aos doze dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas e trinta
4 minutos, na sala de reuniões da Secretaria do Meio Ambiente, Proteção e Bem-Estar
5 Animal – SEMA, situada na Rua Santa Maria, nº 197, Vila Hortência, Sorocaba/SP,
6 realizou-se a 31ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento do
7 Meio Ambiente – COMDEMA.1. Verificação de presença- Conselheiros presentes:
8 Carolina Oliveira (suplente) e Juliana Vieira Pinto (titular), representantes das duas
9 cadeiras da SEMA; Alexandre Marco da Silva (titular) representante da UNESP;
10 Nobel Freitas (suplente) representante da UNISO; Durval S. Barbosa (titular)
11 representante da MAPA; Igor dos S. da Cunha (titular) representante da AEAS; Aline
12 R. Machado (suplente) representante do SAAE, Betina Manfredini Moraes (titular),
13 representante da OAB; Frederico Barbosa, representante da SERIM, Lucas Carrilo
14 (suplente), representante da AGEM. Ouvintes: Jaqueline Maria Morales e José
15 Pereira Leme, representantes do 5º. BPM, Gustavo S. C. Leme; Clebson A. Ribeiro,
16 Ana Lu G. D. Hungria, Bruno Angelini, Nickolas Ascencio representantes da SEMA;
17 Sílvia Beatriz de Souza e Tereza C. S. representantes da OSC Floresta Cultural.
18 Justificativas de ausência: Antonio Genezzi Lopes(titular), representante da SEMA,
19 Milena Santos (suplente), representante da OAB, Rodolfo Barboza (titular),
20 representante do SAAE, Renan Angrizani (titular), representante da UNISO.
21 Considerando as ausências do Presidente e do Vice Presidente, a Secretaria
22 Executiva, Juliana Vieira Pinto, de acordo com todos, assumiu a condução dos
23 trabalhos, e eu Carolina Oliveira, secretariei a reunião. 1. Aprovação das atas
24 anteriores. Foram realizadas as leituras das atas da 29ª. Reunião, Reunião
25 Extraordinária da Marginal Direita e 30ª. Reunião. A ata da 29ª. Reunião foi aprovada
26 por unanimidade. Quanto à ata da Reunião da Marginal Direita, representantes da
27 sociedade civil reiteraram entendimento de que determinados questionamentos
28 formulados durante a reunião anterior não teriam sido suficientemente respondidos
29 pelos representantes do Poder Executivo, sobretudo no que se refere aos impactos
30 ambientais, à mobilidade urbana, aos possíveis efeitos da intervenção sobre
31 enchentes, aos documentos técnicos que embasaram o empreendimento e às
32 questões orçamentárias. Foi ressaltado, ainda, que a preocupação da sociedade civil

33 não se limita à existência formal de respostas ou documentos, mas à efetiva
34 correspondência entre os questionamentos apresentados e as informações
35 prestadas, defendendo-se que tal circunstância seja adequadamente refletida na ata.
36 Também foi mencionada a necessidade de estudos relativos à origem e destino dos
37 deslocamentos, como instrumento de avaliação dos impactos da intervenção sobre a
38 mobilidade urbana. Em relação às manifestações anteriormente apresentadas pelo
39 Prof. Renan, foi retomado o registro de que este questionou a Secretaria de Parcerias
40 sobre a possibilidade de a elevação da cota da via projetada aumentar os riscos de
41 enchentes no Município. Registrou-se que a Secretaria de Parcerias informou que o
42 projeto executivo da Marginal Direita foi desenvolvido considerando as cotas de
43 inundação e demais aspectos técnicos da área e que a obra possui finalidade
44 predominantemente viária, não tendo como objetivo específico solucionar os
45 problemas de enchentes do Município. Também foram mencionadas ações
46 desenvolvidas paralelamente e que, segundo os representantes do Poder Executivo,
47 contribuiriam para a mitigação e o controle das cheias, dentre elas intervenções
48 relacionadas ao Córrego Lava-Pés, reservatórios de retenção de cheias e outras
49 medidas previstas para a região. Quanto aos questionamentos relacionados aos
50 impactos sobre a mobilidade urbana, registrou-se manifestação da Secretaria
51 competente no sentido de que a intervenção não ocasionaria transtornos
52 significativos ao trânsito por se desenvolver, em grande parte, em área isolada. Em
53 relação aos documentos técnicos solicitados, foi informado que os elementos
54 pertinentes integrariam o processo de licenciamento ambiental conduzido pela
55 CETESB, podendo ser consultados no respectivo processo administrativo. Após
56 discussão, representantes da sociedade civil solicitaram que ficasse expressamente
57 registrado que, em seu entendimento, as informações apresentadas até o momento
58 não contemplaram integralmente os questionamentos formulados, razão pela qual
59 permanecem no aguardo de respostas complementares e formais sobre os pontos
60 apresentados. Foi também discutida a manifestação apresentada pelo NEMI, Núcleo
61 Ecológico Morro de Ipanema, quanto à reunião anterior. Os representantes da
62 entidade defenderam que o conteúdo do documento fosse registrado de forma a
63 preservar o sentido dos questionamentos formulados, inclusive em relação à
64 inexistência, segundo sustentado pela entidade, de demonstração de recursos

65 específicos para determinados projetos ambientais e à necessidade de distinguir as
66 intervenções da Marginal Direita das propostas relacionadas ao sistema de parques
67 e corredores ecológicos. Diante das divergências existentes e considerando a
68 necessidade de oportunizar aos envolvidos a apresentação de eventuais
69 complementações, deliberou-se pelo adiamento da aprovação da ata correspondente,
70 ficando estabelecido que as propostas de inclusão ou retificação deverão ser
71 encaminhadas formalmente até o dia 30 de agosto para análise e incorporação na
72 versão a ser novamente submetida ao colegiado. Embora o Vice Presidente não
73 estivesse presente, todos os seus questionamentos apresentados via WhatsApp
74 foram pontuados e os presentes acharam por bem esperar que o mesmo se
75 manifestasse na próxima reunião. Foi ressaltada a importância de que futuras
76 propostas de alteração de atas sejam apresentadas preferencialmente por escrito, de
77 forma objetiva, a fim de facilitar a consolidação do documento e otimizar o tempo das
78 reuniões. Na sequência, procedeu-se à leitura da ata referente à reunião realizada
79 em 08 de julho de 2026, contendo, entre outros temas, questões relativas à
80 composição e renovação do COMDEMA, à convocação dos membros, à apreciação
81 de processos administrativos e aos encaminhamentos realizados pelo colegiado.
82 Durante a leitura, foram retomados os registros relativos à manifestação apresentada
83 pelo NEMI quanto à validade da reunião, ao prazo de convocação dos conselheiros
84 e ao encaminhamento da ordem do dia. Constatou-se que, naquele momento, o
85 COMDEMA encontrava-se em processo de renovação de sua composição, sendo os
86 indicados para o novo colegiado convidados a acompanhar as reuniões na condição
87 de ouvintes, sem direito a voto até sua formal nomeação. Também foi registrado que
88 a composição então em exercício havia sido nomeada ou reconduzida por decreto
89 municipal e que, diante do processo de transição, eventual necessidade de ratificação
90 posterior das deliberações seria observada conforme orientação jurídica. Foram
91 ainda relatadas as deliberações relativas aos processos administrativos submetidos
92 à apreciação do Conselho, abrangendo pedidos de supressão arbórea, poda de
93 árvores, regularização de construções e instalação de estações rádio-base, bem
94 como recomendações para aperfeiçoamento dos procedimentos técnicos da SEMA.
95 Foi reiterada manifestação do Prof. Renan de Oliveira no sentido de que processos
96 de menor complexidade e já devidamente analisados tecnicamente pela SEMA não

97 deveriam ocupar parcela significativa das reuniões do COMDEMA, de modo a
98 preservar maior tempo para temas ambientais estratégicos .Em contraponto, foi
99 defendida a manutenção da análise prévia pela Câmara Técnica, com posterior
100 ciência e ratificação simplificada pelo plenário nos casos sem controvérsia. Após os
101 esclarecimentos e sem prejuízo dos ajustes discutidos, a ata foi submetida à
102 apreciação do colegiado e aprovada. **2. ESCLARECIMENTOS SOBRE A OSC**
103 **FLORESTA CULTURAL E TCRAs.** Na sequência, Silvia Beatriz, representante da
104 OSC Floresta Cultural solicitou esclarecimentos quanto a menções anteriores à
105 entidade e à existência de Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental –
106 TCRAs ainda em tramitação. Foi esclarecido pela SEMA que existem processos
107 administrativos relacionados a obrigações ambientais da entidade, os quais
108 permanecem em acompanhamento e dependem de providências e análises
109 administrativas. A representante da Floresta Cultural ressaltou que a entidade vem
110 adotando providências para atendimento das exigências formuladas, inclusive
111 mediante apresentação de alternativas de compensação, e pediu que não se
112 estabelecesse vinculação indevida entre esses processos administrativos e a
113 proposta de criação do Parque Natural Floresta Cultural Aziz Ab'Sáber. Foi
114 esclarecido que os assuntos possuem naturezas distintas e que a proposta de criação
115 da unidade de conservação seria analisada independentemente das pendências
116 administrativas existentes. **3. PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO PARQUE NATURAL**
117 **FLORESTA CULTURAL AZIZ AB'SÁBER.** Passou-se, então, ao tema principal da
118 reunião: a proposta de criação do Parque Natural Floresta Cultural Aziz Ab'Sáber,
119 apresentada a partir de iniciativa da Vereadora Iara Bernardi. Foi relatado que, após
120 o recebimento da proposta, o Eng. Clebson, representante da SEMA buscou
121 conhecer mais detalhadamente o projeto, inclusive mediante reunião com seus
122 idealizadores e realização de visita técnica à área. Foi destacado o relevante valor
123 ambiental, paisagístico, geológico, educativo e cultural do local, bem como sua
124 importância para a biodiversidade, para a preservação de áreas naturais urbanas e
125 para o desenvolvimento de ações de educação ambiental. Durante a apresentação,
126 esclareceu-se que aproximadamente 40% da área proposta possui natureza pública,
127 enquanto parcela significativa do território é constituída por propriedades privadas.
128 Nesse contexto, ponderou-se que a criação imediata de uma unidade de conservação

129 abrangendo integralmente áreas particulares poderia encontrar dificuldades
130 administrativas e financeiras, especialmente em razão da necessidade de
131 desapropriações e respectivas indenizações. Como alternativa de implementação
132 progressiva, foi apresentada proposta de iniciar a criação da unidade de conservação
133 pelas áreas públicas já existentes, possibilitando a efetiva implantação de uma
134 primeira etapa do parque. Quanto às áreas privadas, sugeriu-se a construção de
135 diálogo individualizado com os proprietários, identificando os trechos ambientalmente
136 relevantes e os mecanismos jurídicos disponíveis para sua proteção. Foram
137 mencionadas, entre outras possibilidades, a criação de reservas particulares,
138 doações, instrumentos previstos no planejamento urbano, proteção de Áreas de
139 Preservação Permanente, mecanismos de compensação ambiental e outras formas
140 que permitam conciliar a preservação ambiental com os direitos dos proprietários. Foi
141 ressaltada a presença de elementos geológicos relevantes no território, inclusive
142 afloramentos rochosos que poderiam integrar futuras ações de educação ambiental
143 e interpretação da paisagem. Também foi destacada a existência de pontos elevados
144 com ampla visão panorâmica da cidade, defendendo-se a preservação de áreas de
145 mirante como instrumento de valorização ambiental, paisagística e de fortalecimento
146 do sentimento de pertencimento da população. Foi ressaltada a importância de que
147 a implantação do parque não se limite à proteção formal da área, mas inclua
148 atividades educativas, culturais, científicas e de aproximação da comunidade do
149 entorno com o território. Representantes da Floresta Cultural relataram que a
150 organização desenvolve atividades na região há vários anos e vem realizando ações
151 de educação ambiental, monitoramento, pesquisa e sensibilização da comunidade.
152 Foi informado, ainda, que existem trabalhos em desenvolvimento em parceria com
153 instituições acadêmicas para levantamento e produção de dados ambientais que
154 poderão subsidiar os gestores públicos e o processo de tomada de decisão. Durante
155 as discussões, enfatizou-se que a implantação do parque deverá envolver também
156 os proprietários das áreas privadas e os moradores do entorno. Foi defendida a
157 realização de ações de educação ambiental e pertencimento, considerando que a
158 percepção da população sobre áreas naturais pode variar consideravelmente.
159 Ressaltou-se que a ocupação qualificada das áreas verdes por meio de lazer,
160 educação ambiental, trilhas, atividades culturais e ações comunitárias contribui para

161 que a população reconheça a importância do patrimônio ambiental e se envolva em
162 sua preservação. O Eng. Clebson deixou claro que nesse momento trata-se de um
163 estudo, lembrando que a implantação de um parque demanda de recurso financeiro
164 e que passa por um processo de convencimento, seria interessante a Associação
165 Floresta Cultural fazer uma apresentação do projeto e quem sabe futuramente
166 agendar uma visita na área. Também reforçou a importância da Associação promover
167 diálogo com os proprietários das áreas particulares e com a comunidade do entorno;
168 após o aprofundamento da análise, o COMDEMA poderá elaborar uma manifestação
169 formal em apoio ou recomendação ao Poder Executivo quanto à continuidade dos
170 estudos e eventual implementação da unidade de conservação. **4. PROCESSO DE**
171 **ESTAÇÃO RÁDIO-BASE**, Na sequência, considerando a existência de processo
172 administrativo de baixa complexidade recebido recentemente pela SEMA e visando
173 evitar o adiamento de sua análise para o mês subsequente, foi solicitada autorização
174 do colegiado para inclusão extraordinária do assunto. O processo refere-se ao Aprova
175 Digital nº 9593-25 SRC- REQ, Brazil Tower, Cessão de Infra-Estruturas S.A. O Eng.
176 Bruno apresentou os elementos relativos à localização do empreendimento e aos
177 aspectos ambientais aplicáveis. Foi informado que a área não apresenta interferência
178 direta em Área de Preservação Permanente e encontra-se dentro do raio de análise
179 relacionado à unidade de conservação do Piragibu. Também foi registrado que
180 eventual necessidade de supressão de exemplar arbóreo dependerá de autorização
181 específica da SEMA. Após discussão, ficou estabelecido que o processo será
182 também submetido à Câmara Técnica do COMDEMA, que deverá verificar os
183 elementos apresentados e, não havendo objeções, poderá seguir, sem necessidade
184 de prolongamento da apreciação em plenário. **5. RENOVAÇÃO DA COMPOSIÇÃO**
185 **DO COMDEMA**. Foram prestadas informações sobre o andamento do processo de
186 renovação da composição do COMDEMA. Registrou-se que algumas das
187 representações previstas já foram preenchidas ou tiveram suas indicações
188 regularizadas, permanecendo pendências relativas a determinados segmentos. Foi
189 informada a intenção de prorrogar o prazo do chamamento público, visando
190 possibilitar o preenchimento das vagas ainda existentes. Também foram
191 apresentados esclarecimentos jurídicos quanto à continuidade da atuação da
192 composição anteriormente nomeada durante o processo de transição, especialmente

193 considerando a data de sua formal nomeação. Todos ficaram cientes que o atraso no
194 processo vem se dando pela dificuldade de preenchimento das vagas, sendo mais
195 uma vez reiterada a solicitação para que todos envidem esforços em conseguir
196 interessados em preenche-las. **6. INFORMES. CONVITE PARA AUDIÊNCIA**
197 **PÚBLICA SOBRE O EL NIÑO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS** Gustavo, representante
198 do NEMI convidou os presentes para audiência pública prevista para ocorrer no dia
199 19 de agosto de 2026, às 14h00, na Câmara Municipal de Sorocaba, destinada à
200 discussão dos possíveis efeitos do fenômeno El Niño no Município. Foi informado
201 que a iniciativa busca compreender os preparativos da Administração Pública para
202 eventos climáticos extremos, especialmente seus impactos sobre populações
203 vulneráveis, bem como iniciar discussões sobre a criação de um observatório
204 climático, com produção e sistematização de indicadores capazes de subsidiar
205 políticas públicas e decisões administrativas. Ao final, Clebson reiterou a
206 necessidade de racionalização das pautas e dos procedimentos de aprovação das
207 atas, de modo que questões administrativas e processos de baixa complexidade não
208 impeçam a adequada discussão dos temas ambientais estratégicos submetidos ao
209 COMDEMA. Destacou-se a importância da participação ativa dos conselheiros, da
210 apresentação prévia e por escrito de propostas de alteração de atas e do
211 fortalecimento das atividades técnicas, visitas de campo e debates relacionados às
212 políticas ambientais do Município. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi
213 encerrada às 16h30, e eu Carolina Oliveira, representante do COMDEMA,
214 lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada na forma regimental.
215 De acordo, Juliana Vieira Pinto, Secretária Executiva.

